



CPMR  
**ATLANTIC ARC  
COMMISSION**

Comissão Arco Atlântico

# Declaração Final Les Sables d'Olonne 2017

*Aprovada pela Assembleia Geral da Comissão  
Arco Atlântico de Sables d'Olonne, a 2 de março de 2017*

---

## *As mensagens da Comissão Arco Atlântico aos decisores europeus*

---

As Regiões da Comissão Arco Atlântico (CAA) estiveram reunidas em Sables d'Olonne (Pays de la Loire-França) a 2 e 3 de março de 2017 no âmbito da 28ª Assembleia Geral da Comissão Arco Atlântico.

No contexto atribulado de uma União Europeia contestada, o ano de 2016 foi nomeadamente marcado pelo voto do Reino Unido a favor do «Brexit». O ano de 2017 anuncia-se também ele crucial porquanto as eleições nacionais em França e na Alemanha podem vir a mudar a face da Europa.

Assim, por ocasião desta Assembleia Geral, as Regiões do Arco Atlântico pretendem recordar a mensagem de união contida nos princípios fundamentais da CRPM que trabalha desde 1973 em prol de:

- Um desenvolvimento territorial equilibrado em toda a Europa,
- A promoção da solidariedade no seio da Europa e entre as suas Regiões,
- A participação das Regiões na elaboração das políticas europeias.

Em nome dos seus membros, a Comissão Arco Atlântico da CRPM pretende transmitir as mensagens seguintes:

### **Estratégia Atlântica**

#### **No que diz respeito à implementação da Estratégia Marítima Atlântica, a Comissão Arco Atlântico:**

1. **Insiste** na necessidade para a Estratégia Atlântica de apresentar resultados concretos até 2020 e apela aos Estados-Membros e às instituições europeias para que disponibilizem meios financeiros claros para projetos marítimos no Atlântico.
2. **Interroga-se** sobre o facto de o Reino Unido presidir em 2017 ao Grupo Estratégia Atlântica («GEA» – composto pelos 5 Estados-Membros atlânticos e pelas instituições europeias). A Comissão Arco Atlântico manifesta uma certa preocupação quanto ao interesse real do Reino Unido em fazer da Estratégia Atlântica um sucesso nos territórios num contexto de extrema incerteza sobre o lugar do Reino Unido na Europa devido ao Brexit.

**CPMR Atlantic Arc Commission**

6, rue Saint-Martin - 35700 Rennes (FR)

Tel. +33 (0)2 99 35 40 60 // +32 (0)2 612 17 05 - Email: [pauline.caumont@cpmr.org](mailto:pauline.caumont@cpmr.org)

<http://cpmr-atlantic.org/>

3. **Reafirma** o seu compromisso em enviar contribuições para os trabalhos do grupo ASG através do seu grupo irmão «Estratégia Atlântica» que permite uma boa transmissão da informação às Regiões Atlânticas. Agradece assim à Presidência irlandesa de 2016 os seus esforços de cooperação com as Regiões da Comissão Arco Atlântico.
4. **Lamenta profundamente** o atraso verificado na execução do programa Interreg Espaço Atlântico 2014-2020. Em março de 2017, três anos volvidos sobre o início oficial do período de programação, nenhum projeto está aprovado. Este atraso na autorização dos fundos dá origem a um risco muito importante de perda de uma parte do orçamento de 185 milhões de euros por força da aplicação da norma de anulação automática.
5. **Solicita** um esforço renovado de todas as partes interessadas (Estados-Membros, autoridade de gestão, Comissão Europeia, etc.) para que este programa reforce o mais rapidamente possível a sua eficácia e a sua operacionalidade. As Regiões da Comissão Arco Atlântico propõem a sua ajuda e o seu apoio com vista a não penalizar os beneficiários.
6. **Reclama** um aumento consequente do orçamento para o programa Espaço Atlântico, independentemente da nova delimitação de zonas do Programa, com ou sem o Reino Unido, para o período pós-2020 a fim de:
  - Atender às expectativas das partes interessadas atlânticas que desejam realizar projetos para desenvolver operacionalmente a Estratégia Marítima Atlântica;
  - Apresentar resultados explícitos obtidos graças a uma boa cooperação entre agentes da fachada atlântica.
7. **Pede** que as medidas de simplificação da gestão dos fundos previstas no âmbito da revisão intercalar das políticas europeias possam considerar uma flexibilidade das taxas de financiamento a fim de ajudar os projetos que respondem à Estratégia Atlântica (p. ex. bónus de 5%).
8. **Propõe** explorar a possibilidade de colaboração entre as Regiões Atlânticas de molde a poder atingir os montantes requeridos por projeto (ou grupo de projeto) a fim de aceder aos financiamentos do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (Plano Juncker).
9. **Felicita** a DG Mare pelos convites à apresentação de projetos lançados no âmbito da vertente «Política Marítima Integrada» (PMI) do FEAMP para revelar as potencialidades de crescimento azul nas regiões marítimas. A Comissão Arco Atlântico apela, em particular, à renovação e ao reforço do orçamento do convite à apresentação de projetos «Carreiras azuis» que permita satisfazer as necessidades de formação à escala das bacias marítimas europeias.

## Futuro da Europa

### **No que diz respeito às discussões sobre o futuro da Europa, a Comissão Arco Atlântico:**

10. **Recorda** a ambição na origem da fundação da Comissão Arco Atlântico em 1989: participar num desenvolvimento equilibrado das Regiões Atlânticas e promover uma visão ambiciosa do projeto europeu.
11. **Recorda** que a CRPM e a Comissão Arco Atlântico apoiam as Regiões britânicas que desejam encontrar forma de continuar a participar no projeto europeu e apela à solidariedade, como mencionado na [Declaração Final da CRPM](#) adotada em Ponta Delgada (Açores-Portugal)

em novembro de 2016. A Comissão Arco Atlântico dará especial atenção às questões transfronteiriças entre as suas Regiões membros e o Reino Unido.

12. **Afirma** o seu interesse em contribuir para as atividades da CRPM sobre a questão do futuro da Europa, regista a abordagem proposta pela CRPM no documento «A CRPM e o futuro da Europa» que será apresentado à Mesa Política da CRPM, em Gozo (Malta), a 10 de março de 2017 em parceria com a Presidência maltesa da UE. Como tal, a Comissão Arco Atlântico criou uma Task Force “Brexit” para partilhar e transmitir as informações disponíveis a fim de pesarem nos debates institucionais.
13. **Exorta** as instituições comunitárias a prestarem particular atenção aos desafios extremamente exigentes para as Regiões Atlânticas, como exposto na nota sobre “[As consequências do Brexit para as Regiões do Arco Atlântico](#)”.
14. **Deseja** prosseguir um diálogo construtivo com as jovens gerações. A Assembleia Geral de Sables d’Olonne marca uma primeira etapa com a participação de um grupo de alunos do Lycée Maritime Eric Tabarly. A Comissão Arco Atlântico reforçará o seu empenhamento junto dos jovens nomeadamente graças ao projeto europeu «A *Blue Biotechnology Master for a Blue Career*», elaborado no âmbito do grupo de trabalho «Inovação», que visa criar um Mestrado II em biotecnologias azuis na Universidade de La Rochelle.
15. **Apela** a uma reflexão exaustiva sobre o futuro da Europa com base em elementos concretos que realcem os benefícios colhidos pelas Regiões Atlânticas de uma boa cooperação.
16. **Reitera** o apelo da CRPM em prol de uma política de coesão pós-2020 forte que beneficie todas as Regiões da Europa, com base na Declaração Final da 44ª Assembleia Geral da CRPM. Esta política deverá combinar ajudas diretas e instrumentos financeiros, colocando as Regiões no cerne do processo decisório. Recorda que os investimentos ligados à política de coesão devem ser excluídos dos cálculos do pacto de estabilidade.

## Pesca e Aquicultura

### **No que diz respeito às questões associadas à pesca e à aquicultura, a Comissão Arco Atlântico:**

17. **Recorda** que o Presidente da Comissão Arco Atlântico transmitiu a Karmenu Vella, Comissário responsável pelo Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, as propostas e as inquietações das Regiões do Arco Atlântico num encontro de alto nível realizado a 7 de dezembro de 2016 em Bruxelas.
18. **Exorta** as instituições europeias a não utilizar o FEAMP como variável de ajustamento nas futuras negociações entre a UE e o Reino Unido. A Comissão Arco Atlântico deseja que seja dada particular atenção à gestão das populações de peixes no Atlântico. É crucial evitar quaisquer desequilíbrios que possam ser nefastos tanto para os pescadores britânicos como para os pescadores europeus ativos na zona.
19. **Lamenta** o atraso verificado na execução do FEAMP 2014-2020, devido não só ao prazo de adoção do Regulamento (UE) n° 508/2014 (FEAMP) a nível europeu pelo Conselho e pelo Parlamento, mas também a demoras intrínsecas a cada Estado-Membro na elaboração e no lançamento dos Programas Operacionais.
20. **Apela** a uma simplificação das modalidades de gestão do FEAMP para agilizar a sua execução. Esta simplificação é necessária tanto para as autoridades de gestão como para os utilizadores finais. Para o período pós-2020, a Comissão Arco Atlântico deseja

que todos os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)<sup>1</sup> possam ter as mesmas modalidades de gestão.

21. **Convida** a este título a Comissão a preparar uma comunicação ou orientações sobre a simplificação e a regionalização da execução dos FEEI até ao fim de 2017, insistindo nomeadamente na necessidade para os Estados-Membros de escolher modalidades de gestão similares para todos estes fundos.
22. **Apela** ao estabelecimento urgente de uma moratória de dois anos à «supressão total de descargas» no Atlântico para a realização de meticolosos estudos de impacto socioeconómico que identifiquem recomendações claras acompanhadas de financiamentos para evitar perdas de rendimentos importantes para os profissionais da pesca. Esta fase de transição deverá permitir igualmente uma adaptação das infraestruturas portuárias, que não permitam gerir a obrigação de desembarque de todas as capturas.
23. **Encoraja** a intensificação das trocas de impressões entre profissionais da pesca, cientistas e representantes institucionais para preparar melhor a fixação das quotas anuais, nomeadamente quando as populações atlânticas se reconstituem. Estas trocas de impressões devem permitir evitar situações de crispação tais como as ocorridas em dezembro de 2016, em que a Comissão propunha uma redução drástica das quotas de pesca do robalo no Atlântico.
24. **Solicita** para o período pós-2020 a adaptação do futuro Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas tendo em conta os aspetos seguintes, identificados no estudo em curso da CRPM sobre a execução do FEAMP (2014-2020):
  - Assegurar uma governação mais eficaz (p. ex.: alinhar as modalidades de gestão com as dos outros FEEI),
  - Permitir uma maior flexibilidade (p. ex.: congregar medidas para maximizar o seu impacto),
  - Resolver as dificuldades de interpretação de certas medidas do FEAMP que tornam a sua aplicação demasiadamente morosa e complexa,
  - Fazer evoluir o perímetro do Regulamento do FEAMP para corresponder às realidades dos territórios.

## **Transportes e acessibilidade:**

### **No que diz respeito à política europeia dos transportes, a Comissão Arco Atlântico:**

25. **Subscreve** a Declaração Escrita nº 0129/2016 do Parlamento Europeu sobre a necessidade de a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) apoiar a acessibilidade dos serviços regionais e **recorda** os elementos seguintes:
  - O artigo 4º do Regulamento (UE) nº 1315/2013 relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (RTE-T) prevê que esta rede tenha como objetivo assegurar a acessibilidade de todas as Regiões e uma cobertura equilibrada do território europeu.

---

<sup>1</sup> Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) combinam atualmente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo de Coesão (FC).

- Desde 2014 que a execução deste regulamento ainda não alcançou este objetivo: 90% dos fundos do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) atribuídos ao setor dos transportes têm sido destinados somente a projetos inseridos nos nove corredores prioritários.
  - As Regiões que não estão situadas nestes corredores só marginalmente beneficiaram com as possibilidades oferecidas pela RTE e com o MIE.
  - Ademais, não gozam de um acesso tão facilitado a fundos no âmbito do Plano Juncker que dá prioridade a projetos de grande dimensão passíveis de permitir rapidamente um retorno dos investimentos.
  - A Comissão é, por conseguinte, instada a prestar especial atenção quando executar a RTE-T e o MIE, entre este momento e o fim do período de programação de 2014-2020, para abranger todo o território da União, em conformidade com o princípio da coesão territorial.
26. **Lamenta** que 86% do MIE já tenha sido consumido pelos convites à apresentação de projetos de 2014 e 2015 e **solicita**, por conseguinte, que a Comissão dê mais atenção a uma repartição geográfica equilibrada dos fundos remanescentes, em especial a favor de projetos periféricos.
  27. **Propõe** assim que, para além do «valor acrescentado europeu», seja adotado um novo critério de seleção tendo em conta o «valor acrescentado periférico» que evidencie as necessidades de ligação das Regiões que não estão situadas nestes corredores.
  28. **Contribuirá** para a revisão intercalar do MIE até ao fim de 2017, prevista pelo artigo 27º do Regulamento que cria o MIE, nomeadamente estabelecendo propostas de alteração ao seu anexo 1 que contém a lista dos projetos prioritários a financiar, em relação com as prioridades das nossas Regiões,
  29. **Solicita** que o MIE pós-2020 seja dotado de um orçamento sólido que permita financiar as infraestruturas estruturantes, grandes e pequenas, responder a necessidades dos territórios, criar crescimento e emprego que não seja suscetível de deslocalização nas Regiões do Arco Atlântico.
  30. **Exorta** à criação de um novo instrumento de financiamento dedicado às zonas não abrangidas pelos corredores europeus para o período pós-2020,
  31. **Apoia** as propostas concretas da CRPM sobre o conteúdo das alterações a introduzir no atual Regulamento que cria o MIE na nota política apresentada à Mesa Política de Gozo (Malta) a 10 de março de 2017 sobre «[Review of the CEF post-2020](#)».
  32. **Solicita** um encontro oficial com os coordenadores europeus dos corredores atlântico e mar do Norte-Mediterrâneo para discutir a execução dos projetos de infraestrutura na fachada atlântica tendo em conta as ligações marítimas via as autoestradas do mar, com todas as Regiões interessadas, quer estejam ou não localizadas nestes dois corredores.

## **Indústrias marítimas e energias marinhas renováveis**

### **No que diz respeito às indústrias e energias marinhas renováveis, a Comissão Arco Atlântico:**

33. **Sublinha** o importante potencial de crescimento económico associado ao desenvolvimento das energias marinhas no Atlântico e **recorda** que a União Europeia é hoje o líder mundial industrial neste setor.

34. **Continuará** empenhada no desenvolvimento das energias marinhas em toda a fachada atlântica, mediante:
- Uma participação na iniciativa pilotada pela DG MARE no âmbito da Agenda de Competências para a Europa<sup>2</sup> a fim de fazer progredir as necessidades de formação e de mobilidade no setor da indústria marítima e da energia oceânica na aceção do relatório Leadership 2020<sup>3</sup>,
  - A facilitação de trocas de impressões entre Regiões e atores económicos do Atlântico e do Mar do Norte envolvidos na gestão dos parques eólicos *offshore* através da organização de visitas ao terreno entre eleitos e técnicos das duas comissões geográficas interessadas até ao fim de 2017,
  - A facilitação de trocas de impressões entre regiões e organizações representativas dos industriais das energias marinhas a nível europeu. A Comissão Arco Atlântico contribuirá para a parceria estabelecida entre a CRPM e a plataforma tecnológica ETIP Oceans pilotada por *Ocean Energy Europe*.
  - O apoio das Regiões à sensibilização e à aceitabilidade social para desenvolver as energias marinhas renováveis de maneira concertada com os utilizadores do mar e as populações que vivem nas zonas em causa.
35. **Apela** à União Europeia para que na política energética explicita claramente as suas ambições em matéria de desenvolvimento das energias marinhas. Será necessário para o efeito avaliar o alcance que deve ser dado ao princípio da neutralidade tecnológica no âmbito da regulamentação do pacote «Energia» proposto pela Comissão Europeia em setembro de 2016.

## **Ambiente e clima:**

### **No que diz respeito às temáticas ambientais e climáticas, a Comissão Arco Atlântico:**

36. **Acolhe** positivamente a criação de uma Task Force «Clima» na CRPM na sequência da Assembleia Geral dos Açores em novembro de 2016 e afirma o interesse das Regiões da Comissão Arco Atlântico em participar nos seus trabalhos futuros.
37. **Deseja** encetar uma cooperação estreita entre as Regiões Atlânticas sobre as problemáticas de planificação sustentável e de proteção dos espaços costeiros. A Comissão Arco Atlântico concentrará a sua ação nas temáticas seguintes:
- Gestão integrada das zonas costeiras e ordenamento espacial marítimo através do projeto SIMNORAT, pilotado pelo SHOM (*Service Hydrographique et Océanographique de la Marine*) e financiado pela DG Mare ao abrigo do FEAMP. A Comissão Arco Atlântico assegurará o envolvimento das Regiões nos trabalhos do projeto SIMNORAT, que visam contribuir para a execução da diretiva que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo
  - Riscos inerentes à subida do nível do mar, à erosão da linha de costa e à salinização estuarina. Estes trabalhos basear-se-ão em trocas de impressões entre as Regiões, as suas entidades infrarregionais e os institutos regionais de investigação.

<sup>2</sup> <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223&langId=fr>

<sup>3</sup> [http://ec.europa.eu/growth/sectors/maritime/shipbuilding/ec-support\\_fr](http://ec.europa.eu/growth/sectors/maritime/shipbuilding/ec-support_fr)